

POLÍTICA TECNOLÓGICA DE COMBATE A SONEGAÇÃO FISCAL E SEUS REFLEXOS NOS PROCESSOS DAS EMPRESAS

TECHNOLOGICAL POLICY TO COMBAT FISCAL TAXATION AND ITS REFLECTIONS IN BUSINESS PROCESSES

FELLIPE MATOS GUERRA

Instituto de Graduação e Pós Graduação

LUÍS BORGES GOUVEIA

Universidade Fernando Pessoa

Recebido em 27/04/18

Avaliado pelo sistema *double blind review*

Aceito para publicação pelo Editor Chefe Dr. Leonardo José Seixas Pinto em 14/05/18 e publicado em 20/06/18

RESUMO

Nos últimos 15 anos o Brasil vive uma onda de transformações que impulsiona o país rumo à era do conhecimento. O uso de novas tecnologias para combate à sonegação representa a inserção do governo e demais autoridades fiscais numa realidade que é marcada pela enorme influência das tecnologias e das habilidades humanas tanto no processo de geração de riqueza quanto na sua mensuração. O presente artigo aborda a luz da teoria do processo de inovação focando principalmente em um de seus subprojetos o desenvolvimento de tecnologia (CUNHA, OLIVEIRA e ROZENFELD, 2013). Para se tornarem competitivas e atenderem às exigências tributárias impostas pelo fisco as organizações estão investindo em infraestrutura tecnológica e capital humano, pois entendem que mais importante do que possuir equipamentos de última geração e otimização de processos, é fazer bom uso dessas ferramentas. A pesquisa descritiva desenvolvida neste trabalho tem como objetivo analisar os impactos da utilização da tecnologia (SPED) por parte do fisco em auditorias digitais na estrutura e processos das organizações localizadas no estado do Ceará. Para isto, realizou-se uma pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionário com 30 profissionais da área tributária, responsáveis pelo atendimento a fiscalização eletrônica, formato SPED, em empresas localizadas no estado do Ceará e os resultados demonstram que existem vários reflexos na estrutura operacional das organizações, no aspecto gerencial, tecnológico e de pessoal. Os maiores achados da pesquisa revelam: a) 95% dos entrevistados investiram em qualificação na equipe que trabalham diretamente com SPED; b) Apenas 10% dos entrevistados exerceram o planejamento tributário; c) Para 85% dos entrevistados o SPED trouxe melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores; d) Mais da metade dos entrevistados (65%) adquiriram novos *softwares* de gestão; e) 81% dos entrevistados não necessitaram de auditoria com intuito de validar as informações geradas em seus processos tributários e f) Mais da metade (62%) não possuem ferramentas de segurança e *backup* das informações.

Palavras-chave: Informatização de processos; Processo de inovação; Fiscalização digital.

ABSTRACT

In the last 15 years, Brazil has been undergoing a wave of transformations that have propelled the country towards the era of knowledge. The use of new technologies to combat evasion represents the insertion of the government and other fiscal authorities into a reality that is marked by the enormous influence of human technologies and skills both in the process of generating wealth and in its measurement. The present article approaches the light of the theory of the innovation process focusing mainly on one of its subprojects the development of technology (CUNHA, OLIVEIRA and

ROZENFELD, 2013). In order to become competitive and meet tax requirements imposed by the tax authorities, organizations are investing in technological infrastructure and human capital, because they understand that it is more important than having the latest generation equipment and process optimization to make good use of these tools. The descriptive research developed in this work aims to analyze the impacts of the use of technology (SPED) by the tax authorities on digital audits in the structure and processes of organizations located in the state of Ceará. For this, a field survey was carried out by means of a questionnaire with 30 professionals from the tax area, responsible for the electronic inspection service, SPED format, in companies located in the state of Ceará, and the results show that there are several operational structure of the organizations, in the managerial, technological and personnel aspects. The greatest findings of the research reveal: a) 95% of the interviewees invested in qualification in the team that work directly with SPED; b) Only 10% of the interviewees exercised tax planning; c) For 85% of respondents, SPED brought an improvement in the electronic relationship with customers and suppliers; d) More than half of the respondents (65%) acquired new management software; e) 81% of the interviewees did not need an audit to validate the information generated in their tax processes; and f) More than half (62%) do not have security tools and information backup.

Keywords: Computerization of processes; Innovation process; Digital surveillance.

1 INTRODUÇÃO

Aprovada em 19 de dezembro de 2003 a Emenda Constitucional nº 42, introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando que às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuassem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais. Para atender ao disposto na lei foram aprovados dois Protocolos de Cooperação Técnica objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendessem aos interesses das administrações tributárias, e que viabilizasse o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem aos interesses dos entes públicos. Em agosto de 2005, no evento do II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, foram assinados os Protocolos de Cooperação nº 02 e 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital, visando o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional.

No âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) o SPED faz parte do projeto de modernização da administração tributária e aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informações integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logísticas adequadas. Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre fisco e os contribuintes.

O SPED pode ser entendido como um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração fiscal e comercial das organizações, mediante fluxo único e computadorizado de informações. Com a implantação do SPED as organizações não mais enviarão suas informações de maneira separada para cada um dos órgãos fiscalizadores, e sim, de maneira integrada por meio de um sistema digital que compartilhará as informações as autoridades fiscais interessadas. Chegamos à segunda década do terceiro milênio vivendo um flagrante paradoxo. Apesar da gigantesca evolução tecnológica na ingerência da autoridade fiscal sobre as empresas, principalmente sobre as pequenas e médias, a

gestão dos empreendedores brasileiros ainda se baseiam em métodos e tecnologias do século passado (DUARTE, 2009).

Diante do exposto, tem-se o seguinte pressuposto de pesquisa: **As mudanças promovidas pela utilização de ferramentas tecnológicas (SPED) em fiscalizações tributárias visa tornar mais perceptível à identificação de ilícitos fiscais exigindo uma série de adaptações nos controles internos das empresas.** Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos na estrutura das organizações para atendimento e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em empresas sediadas no estado do Ceará, em termos de processos operacionais, tecnológicos e de pessoal. Estes objetivos surgem da avaliação da participação do mercado, do retorno financeiro esperado, do tempo e investimento necessário para aplicação da nova tecnologia conforme (CUNHA, OLIVEIRA e ROZENFELD, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A informação está tratada como fonte de riqueza a partir de sua criação, manipulação e distribuição, sendo um bem ativo nas organizações e fator decisivo no contexto econômico e empresarial, segundo (BARBOZA, 2008). A inovação, no nível da indústria e países também está relacionada com políticas científica e tecnológica e sistema de inovação (FILHO e GUIMARÃES, 2010). A inovação é um processo de desenvolvimento e implantação de uma novidade, incluindo novos processos ou o desenvolvimento de novas ideias como uma nova tecnologia, produto, processo organizacional ou novos arranjos (MACHADO, 2008) Somos protagonistas do maior B2B (Business to Business) do planeta, com cerca de meio milhão de emissores de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) relacionando-se, em tempo real, com autoridades tributárias e gerando um total acumulado que já chega a bilhões de operações mercantis digitalmente documentadas (DUARTE, 2009).

No Brasil, nos últimos 15 anos, tem havido uma grande quantidade de estudos baseados em diagnósticos, análises da política tecnológica no desenvolvimento econômico e inserção da economia brasileira no mercado internacional (FIGUEIREDO, 2005), observa-se que os fiscos tem aprimorado seus sistemas de fiscalização, através de seu próprio banco de dados, possibilitando o cruzamento de informações compartilhadas com outras esferas administrativas, contabilizando um aumento substancial dos resultados no combate a sonegação fiscal. Em 2006 entrou em funcionamento uma série de novas tecnologias de controle e acompanhamento da movimentação financeira e patrimonial das empresas (DUARTE, 2009). Com a fusão da Receita Federal e da Receita Previdenciária, originando a Receita Federal do Brasil, aliada à permuta de informações entre os fiscos federal, estaduais e municipais, o acesso aos dados de cada pessoa jurídica ficará mais ágil e eficiente.

Em 15 de julho de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), o protocolo ICMS nº 66 que institui o Sistema de Inteligência Fiscal (SIF), fundamentado no processo de geração do conhecimento deste setor através de habilidades humanas. O grande desafio das autoridades fiscais é aumentar a “presença fiscal” em um país com mais de 10 milhões de empresas informais e 5 milhões formalmente constituídas.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto por três elementos básicos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), e Escrituração Fiscal Digital (EFD). Formalmente foi criado por meio do Decreto nº 6.022 de 2007, conforme segue:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

O SPED foi criado com o objetivo de promover a integração dos fiscos mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais. Uniformizar e racionalizar as obrigações acessórias para os contribuintes, por meio de uma distribuição única e posterior compartilhamento entre os órgãos fiscalizadores e por fim, tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos e o rápido acesso as informações de maneira detalhada, tornando mais efetiva as fiscalizações e permitindo o cruzamento de dados e auditoria eletrônica. Segundo (FIGUEIREDO, 2005) a intensificação da globalização e da liberalização comercial não elimina a necessidade de intervenções governamentais à base de desenho e implementação de estratégias para suportar, direta e indiretamente, a acumulação da capacidade tecnológica.

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, o sistema público de escrituração digital (SPED) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se um grande avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. De modo geral, consiste na modernização e otimização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores. Utilizando-se da certificação digital para assinatura dos documentos eletrônicos emitidos, garantindo a validade jurídica dos meios, em formato digital.

Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (EFD); e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e Ambiente Nacional); Atualmente está em produção o projeto EFD-Contribuições e em estudo e-Lalur, EFD-Social e Central de Balanços. Representa uma iniciativa integrada das três esferas governamentais: Federal, estadual e municipal. Mantém parceria com 20 instituições, entre órgãos públicos, conselho de classe, associações e entidades civis, na construção e homologação do projeto.

Segundo o Anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis nº 33/2013 são vários os benefícios propiciados pelo SPED, entre eles:

- Diminuição do consumo de papel, com redução de custos e preservação do meio ambiente;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta aos diversos órgãos governamentais;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações dos contribuintes;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária;
- Rapidez no acesso as informações e etc.

Segundo (DUARTE, 2009) esse sistema desenvolve o perfil de cada um dos contribuintes ao longo dos anos, de maneira a acompanhar qualquer variação substancial nas suas transações, como também permite o cruzamento das informações obtidas. As características fundamentais diferem de significativamente de todos os produtos previamente desenvolvidos pelo fisco nacional, caracterizando um produto tecnológico novo. Segundo (BRITO, BRITO e MORGANTI, 2009) a inovação tecnológica de processos refere-se a um processo tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado, que envolve a introdução de tecnologia de produção nova ou significativamente aperfeiçoada.

2.2 SPED Contábil - Escrituração Contábil Digital (ECD)

A Escrituração Contábil Digital é a substituição dos livros em papel pela escrituração de livros digitais com validade jurídica. O Ato Declaratório Executivo Cofis nº 33/2013 define a ECD como parte integrante do projeto SPED que tem por objetivo a transmissão via arquivo, ou seja na versão digital, os seguintes livros:

I – Livro diário e seus auxiliares, se houver;

II – Livro razão e seus auxiliares, se houver;

III – Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles transcritos.

O Departamento Nacional de Registro no Comércio (DNRC) adota a terminologia “Livro Digital”, a Receita Federal do Brasil (RFB) utiliza “Escrituração Contábil Digital” e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) utiliza “Escrituração Contábil em Forma Eletrônica”. Finalmente SPED Contábil seria uma forma “coloquial” de nomear os termos acima.

Segundo (DUARTE, 2009) a ECD é apenas a transformação de livros contábeis em documentos digitais. Portanto, podemos entender todo o SPED como a evolução logística no processo de entrega informações contábeis, fiscais, financeiras e trabalhistas. Contudo essa mudança acarreta consequências para todo o processo de produção e utilização das informações. A velocidade é a palavra-chave da quebra de paradigma.

2.3 SPED FISCAL - Escrituração Fiscal Digital (EFD)

Conforme o Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008, bem como suas alterações posteriores, a EFD – Escrituração Fiscal Digital, foi instituída com o objetivo de simplificar os processos e reduzir as obrigações acessórias impostas aos contribuintes, pela qual o contribuinte irá apresentar na forma digital, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração dos impostos IPI e ICMS de cada período de apuração, bem como outras informações de interesse econômico-fiscais.

Segundo (DUARTE, 2009) A EFD é um arquivo digital, com validade jurídica, formando um conjunto de escriturações de documentos fiscais e outras informações de interesse do fisco das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil, bem como registro de apuração de impostos referentes as operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

O Ajuste SINIEF 02/2009 disciplinou que o contribuinte deve utilizar a EFD para efetuar a escrituração do:

I – Livro Registro de Entradas;

II – Livro Registro de Saídas;

III – Livro Registro de Inventário;

IV – Livro Registro de Apuração do ICMS;

V – Livro Registro de Apuração do IPI;

VI – Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP).

O SPED Fiscal representa uma evolução natural das obrigações acessórias enviadas aos fiscos, tais como SINTEGRA e DIEF, de forma a substituí-los gradativamente por um conjunto bem mais abrangente e detalhado de informações. Além disso, é assinado com certificado digital, o que confere validade jurídica, para todos os fins, dos dados enviados.

2.4 Nota Fiscal Eletrônica (NFe)

Podemos conceituar a Nota Fiscal Eletrônica como um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, operações de circulação de mercadoria ou prestação de serviços, ocorridas entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital por parte do remetente e a autorização de uso fornecida pelo fisco, antes da ocorrência do fato gerador. Foi instituída nacionalmente pelo Ajuste SINIEF nº 07 de 2005 e tem sua validade garantida em todos os estados da federação.

§ 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Segundo (DUARTE, 2008) o uso da Nota Fiscal Eletrônica traz benefícios a todos os envolvidos em uma transação comercial, tais como: Redução de custos de impressão de documentos fiscais, uma vez que o documento passa a ser emitido eletronicamente. Redução do custo de armazenagem de documentos fiscais, gerenciamento eletrônico de documentos, simplificação no cumprimento de obrigações acessórias, redução de erros de escrituração.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem o intuito de demonstrar uma visão metodológica dos procedimentos adotados para elaboração deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, que tem como objetivos analisar os impactos incorridos na estrutura das organizações para adequação dos seus procedimentos internos as normas e padrões estabelecidos pelo Sistema Público de Escrituração Digital. Segundo Marconi e Lakatos (2004, P. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências e comportamento humano.”.

Foi utilizada a pesquisa e análise documental a fim de caracterizar as principais mudanças no contexto organizacional. A pesquisa bibliográfica serviu de base para verificar quais competências necessárias para o sucesso na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital.

Os procedimentos de coleta de dados deram-se através de pesquisas documentais e utilização de um questionário. Segundo Collis e Hussey (2005, P.78) “Questionário é uma lista de perguntas cuidadosamente estruturadas, escolhidas após a realização de vários testes, tendo em vista extrair respostas confiáveis de uma amostra escolhida.”.

No que se refere à pesquisa documental buscou-se informações operacionais de empresas de diversos portes localizadas no estado do Ceará, bem como informações que as caracterizem. Com base nos clientes de um escritório contábil que atende a organizações de todo Ceará, foram enviados 50 questionários. Tendo em vista que em alguns casos o responsável pelo SPED era o mesmo profissional contábil em mais de uma empresa e outros profissionais se negaram a responder por falta de tempo, ou simplesmente por deter pouco conhecimento sobre o assunto, obtive 30 respondentes. Observando os critérios de construção da amostra (Lucro Presumido 50%; Simples Nacional 20% e Lucro Real 30%), nota-se perfeita proporção na taxa de respostas em relação aos questionários enviados (Lucro Presumido 15; Simples Nacional 06; Lucro Real 09).

O questionário foi construído pensando-se em informações de natureza interna e externa, pois de acordo com (LANA, 2012), a aquisição de conhecimento é um processo interno de compreensão das informações recebidas, que ocorre de forma diferente em cada indivíduo devido à existência de modelos mentais individuais, que podem resultar em ações e decisões completamente diferentes como resultado de um mesmo conjunto de dados.

Tabela 1: Questionário setor tributário

No	PERGUNTAS	SIM	NÃO
1	Foram contratados profissionais com especialização na área de tributos?		
2	Foi elaborado planejamento tributário a fim de minimizar os impactos financeiros dos tributos?		
3	Houve necessidade de contratação de auditoria a fim de validar as informações geradas em seus processos tributários?		
4	Realizou mapeamento de processos a fim de aperfeiçoar a geração das informações?		
5	Houve uma melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores?		
6	Foram feitos investimento em qualificação da equipe que trabalha diretamente com os projetos do SPED?		
7	Existem ferramentas de segurança e backup das informações?		
8	Foi necessária a aquisição de novo software de gestão?		

Fonte: Adaptado de Duarte (2009)

Foram utilizados artigos e livros sobre a temática e feita à revisão de autores como Santos (2012), Duarte (2009) e Francisco (2008). A internet também foi utilizada como fonte de pesquisa, objetivando além da grande quantidade de informações, o acesso a dados atuais e notícias sobre o andamento e implementação do projeto no país.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Dentro do universo da amostra encontram-se empresas tributadas pelo Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro real.

No que se refere à modalidade de tributação das empresas que foram objeto de análise da presente pesquisa podemos destacar que a maior parte 50% é tributada pelo lucro presumido. Estas empresas foram impactadas pelos projetos: SPED Fiscal, Contribuições e Nota Fiscal Eletrônica. As empresas tributadas pelo Simples Nacional 20% tiveram o menor reflexo quanto ao atendimento das exigências tributárias, foram participantes apenas da implantação da Nota Fiscal Eletrônica. Já as

empresas tributadas pelo Lucro Real 30% tiveram além de todos os projetos anteriores que adaptarem suas informações para envio do SPED Contábil.

A tabela apresentada abaixo demonstra os dados brutos encontradas a partir das respostas ao questionário. Em percentual estão demonstrados os resultados por perguntas a fim de quantificar as informações.

Tabela 2: Resultados tributários

No	PERGUNTAS	SIM (%)	(%)
1	Foram contratados profissionais com especialização na área de tributos?	28,00	72,00
2	Foi elaborado planejamento tributário a fim de minimizar os impactos financeiros dos tributos?	10,00	90,00
3	Houve necessidade de contratação de auditoria a fim de validar as informações geradas em seus processos tributários?	19,00	81,00
4	Realizou mapeamento de processos a fim de aperfeiçoar a geração das informações?	40,00	60,00
5	Houve uma melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores?	85,00	15,00
6	Foram feitos investimento em qualificação da equipe que trabalha diretamente com os projetos do SPED?	95,00	5,00
7	Existem ferramentas de segurança e backup das informações?	38,00	62,00
8	Foi necessária a aquisição de novo software de gestão?	65,00	35,00

Fonte: Dados da pesquisa

5 RESULTADOS DA PESQUISA

A partir dos dados coletados através das respostas dos profissionais responsáveis pelo SPED nas organizações objeto de análise, foram ordenados os resultados de maneira a permitir a interpretação dos dados obtidos.

A resposta obtida na primeira pergunta, demonstra que apesar do alto detalhamento das informações tributárias fornecidas ao fisco as organizações não fizeram grandes investimentos em profissionais com qualificação específica na área de tributos. A resposta confirma o que foi apontado em estudo recente publicado pela CONFEB (Conselho Fiscal Empresarial Brasileiro), que afirma que existe um verdadeiro “apagão de talentos” no setor fiscal e tributário.

A segunda pergunta aponta que as empresas cearenses objetos do estudo não identificaram a importância da utilização do planejamento tributário relacionado ao contexto do SPED. Segundo Campos (2007, p.11) “Planejamento tributário é a busca de alternativas de redução da carga fiscal, por meio lícitos (Elisão Fiscal), antes da ocorrência do fato gerador dos tributos.”.

As informações geradas pelos sistemas de informações das organizações para envio dos arquivos do SPED ao fisco atendem ao leiaute exigido pelos entes tributantes, esses arquivos são assinados digitalmente através de certificado digital. A terceira pergunta aponta a percepção das empresas sobre a importância da auditoria nas informações prestadas, uma vez que essas informações possuem validade jurídica. Conforme aponta o resultado da pesquisa apenas 19% das empresas realizam auditoria em seus arquivos.

A quarta pergunta busca identificar o trabalho realizado pelas organizações em seus cadastros de clientes, produtos e fornecedores. O mapeamento de processos indica em quais etapas as informações podem estar sofrendo distorções que impeçam o correto cumprimento e prestação destas. Os resultados demonstram que 40% das empresas entrevistadas realizaram mapeamento a fim de impedir que possíveis erros fossem transmitidos em seus arquivos.

Verifica-se na quinta questão que 85% das empresas fizeram proveito da padronização do relacionamento eletrônico entre clientes e fornecedores a fim de aperfeiçoar e estimular a transferência eletrônica de dados e informações.

A sexta questão busca apresentar a necessidade de qualificação das equipes de trabalho envolvidas com algum dos projetos do SPED. Os resultados demonstram que em 95% das organizações foi necessário qualificar os profissionais, pois as mudanças promovidas pelo SPED alteraram a forma de atuação de diversos setores.

As informações e arquivos prestados ao fisco devem ser armazenados pelos contribuintes que devem apresentá-los quando solicitados. Portanto, a sétima pergunta busca identificar se existem ações de segurança, como o armazenamento de backups dos dados. As respostas demonstram que apesar da importância desse ponto, devido às penalidades impostas pelo fisco pelo não cumprimento, 65% das empresas pesquisadas não possuem políticas eficazes de armazenamento dos dados e informações.

A oitava pergunta busca identificar se foram necessários investimentos em inovação e tecnologia, a partir da aquisição de software de gestão para geração dos arquivos no formato exigido pelos órgãos fiscalizadores. Conforme foram apresentados os resultados, verifica-se que 50% das organizações objeto de análise fizeram a aquisição de novos softwares a fim de que as informações geradas atendessem na plenitude as exigências tributárias.

5.1 Cruzamento dos Resultados

As perguntas 1, 2, 4, 6 e 7 são de natureza interna, pois seus reflexos interferem apenas em agentes de dentro das organizações.

Tabela 3: Resultados por itens

No	PERGUNTAS	SIM (%)	(%)
1	Foram contratados profissionais com especialização na área de tributos?	28,00	72,00
2	Foi elaborado planejamento tributário a fim de minimizar os impactos financeiros dos tributos?	10,00	90,00
4	Realizou mapeamento de processos a fim de aperfeiçoar a geração das informações?	40,00	60,00
6	Foram feitos investimento em qualificação da equipe que trabalha diretamente com os projetos do SPED?	95,00	5,00
7	Existem ferramentas de segurança e backup das informações?	38,00	62,00

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas obtidas podem ser confrontadas. O mapeamento de processos identifica a ocorrência das etapas geradoras de tributos. No entanto, o baixo índice de contratações de profissionais com expertise na área fiscal e tributária dificulta a adoção por parte das organizações de importantes instrumentos de gestão como o planejamento tributário. Foi necessária a qualificação de

profissionais para atendimento as novas demandas relacionadas ao SPED. Entretanto, as políticas de segurança das informações ainda não apresentam índices que proponham confiabilidade.

As perguntas 3, 5 e 8 se relacionam como fatores externos a organização. Como contratação de empresas de software e auditoria, bem como a utilização das novas tecnologias promovidas pelo SPED para melhorar a relação com clientes e fornecedores.

Tabela 4: Resultados por itens

No	PERGUNTAS	SIM (%)	(%)
3	Houve necessidade de contratação de auditoria a fim de validar as informações geradas em seus processos tributários?	19,00	81,00
5	Houve uma melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores?	85,00	15,00
8	Foi necessária a aquisição de novo software de gestão?	65,00	35,00

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas apontam que houve uma melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores, e que existe uma tendência de aquisição de software pelas empresas pesquisadas. Porém, ainda não se confirma a mesma percepção quanto ao entendimento da necessidade de avaliar as informações geradas nos arquivos fornecidos aos órgãos fiscalizadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que as organizações sofreram diversas influências do projeto SPED em seus processos internos e nos controles implantados pelas organizações com o objetivo de atender as fiscalizações eletrônicas. Houve a necessidade de mudanças culturais, estruturais e organizacionais em diversos níveis. As organizações ainda possuem poucas informações a respeito do assunto, apesar da grande quantidade de empresas que estão sujeitas a utilização de um ou mais projetos.

Após o estudo conseguiu-se responder aos objetivos a que se propôs, analisando os reflexos na estrutura das organizações seja a nível operacional, com a modificação de processos, tecnológicos como a aquisição de softwares e a necessidade de políticas de segurança e backup das informações. Pessoal, no que diz respeito à contratação de novos profissionais e serviços que auxiliem o ideal cumprimento das exigências tributárias aos quais as empresas estão inseridas.

Apesar deste trabalho ter contribuído para o entendimento do contexto atual ao qual as organizações sujeitas ao Sistema Público de Escrituração digital estão expostas, ele não esgota o assunto, ficando os pontos aqui apresentados como sugestão para outros estudos sobre o tema. Além disso sugere-se a publicação de outros estudos e pesquisas sobre o assunto, uma vez que a carência de material sobre a temática foi uma das limitações da pesquisa.

Este artigo buscou oferecer uma contribuição ao aprimoramento da gestão do processo de desenvolvimento tecnológico no contexto de economias em desenvolvimento, particularmente no Brasil.

Os maiores achados da pesquisa revelam: a) 95% dos entrevistados investiram em qualificação na equipe que trabalham diretamente com SPED; b) Curiosamente apenas 10% dos entrevistados exerceram o planejamento tributário; c) Para 85% dos entrevistados o SPED trouxe melhora na relação eletrônica com clientes e fornecedores; d) Mais da metade dos entrevistados (65%) adquiriram novos *softwares* de gestão; e) 81% dos entrevistados não necessitaram de auditoria

com intuito de validar as informações geradas em seus processos tributários; f) Mais da metade (62%) não possuem ferramentas de segurança e backup das informações.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, V. P.; OLIVEIRA, G. M.; ROZENFELD, H. **Planejamento da inovação: Análise e identificação das suas principais fases**. Revista Produção Online, Florianópolis, SC, v.13, n.2, p. 737-758, abr./jun. 2013.
- FIGUEIREDO, P. N. **Acumulação tecnológica e inovação industrial: Conceitos, mensuração e evidências no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n.1, p. 54-69, jan./abr. 2005.
- BRITO, Z. P. E.; BRITO, L. A. L.; MORGANTI, F. **Inovação e o desempenho empresarial: Lucro ou crescimento?** ERA-Eletrônica, v.8, n.1, art. 6, jan./jun. 2009.
- MACHADO, N. P. D. D. **Organizações inovadoras: Estudo dos principais fatores que compõe um ambiente inovador**. Revista Alcance – Eletrônica, v.15, n.3 – ISSN 1983-716X, UNIVALI, p. 306-321, set./dez. 2008.
- FILHO, A.I.; GUIMARÃES, A. T.; **Conhecimento, aprendizado e inovação em organizações: Uma proposta de articulação conceitual**. Revista de administração e inovação. São Paulo, v.7, n.2, p. 127-149, abr./jun. 2010.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: O Brasil na era do conhecimento: Como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil**. Belo Horizonte: Ideas@Work, 2009.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother fiscal IV: Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo Pós-SPED**. Belo Horizonte: Ideas@Work, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022**, de 22 de Janeiro de 2007.
- BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 787**, de 19 de Novembro de 2007.
- BRASIL. **Ato Declaratório COFINS nº 03**, de Maio de 2013.
- BRASIL. **Ato COTEPE/ICMS nº 09**, de 18 de abril de 2008.
- BRASIL. **Convênio ICMS nº 143**, de 15 de Dezembro de 2006.
- BRASIL. **Ajuste SINIEF nº 07**, de 05 de Outubro de 2007.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 42**, de 19 de Dezembro de 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- Receita Federal do Brasil, disponível em site: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm> Acesso em 29 Mai.2017.
- FARIA, A.C.; FINATELLI, J.R.; GERON, C.M.S.; ROMEIRO, M.C. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos Contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED**. 2010. Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.
- FRANCISCO, Suzana. **Os impactos para implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão de micro e pequenas empresas**. Florianópolis: 2008. Monografia, UFSC.
- SANTOS, Bianca dos. **A percepção dos atacadistas de produtos alimentícios de Florianópolis sobre a utilização das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e)**. 2012. Revista Brasileira de Contabilidade.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LANA, Rogério Adilson. **Inteligência competitiva: Fator-chave para o sucesso das organizações no novo milênio**. 2012. Revista Inteligência Competitiva.

Conselho Fiscal Empresarial Brasileiro, disponível em site: <http://www.confed.org.br/pesquisa/detalhe/8> Acesso em 30 Jun. 2017.

SOBRE OS AUTORES

FELLIPE MATOS GUERRA é doutorando em Ciência da Informação/Universidade Fernando Pessoa (Portugal), mestre em Administração e Controladoria/UFC, pós graduado em Controladoria e Finanças/ESAB e graduado em Ciências Contábeis/FLF. Professor e coordenador do curso MBA em Auditoria Tributária do Instituto de Graduação e Pós Graduação e sócio da Compliance CE.

E-mail: fellipe@compliance-ce.com.br

LUÍS BORGES GOUVEIA é doutor em Ciência da Computação pela Universidade de Lancaster (Inglaterra), mestre em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Universidade do Porto (Portugal) e graduado em Licenciatura em Matemática Aplicada pela Universidade Portucalense (Portugal). Professor da *University of East London* (Inglaterra) e da Universidade Fernando Pessoa (Portugal) lecionando nos programas *stricto sensu* do doutorado em Ciência da Informação na Universidade Fernando Pessoa.

E-mail: lmbg@ufp.edu.pt